



O SACERDÓCIO DOCENTE E O SUPREMO REMUNERADOR: O DISCURSO CATÓLICO NO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DOCENTE (1940-1965)

OLIVEIRA, Júlio César de¹

RESUMO: O texto apresenta um olhar sobre a relação entre o discurso da Igreja Católica, o movimento reivindicatório docente e seus reflexos na educação no Estado do Rio Grande do Sul, através do cruzamento entre obras referentes à instituição religiosa e o pensamento de professoras que atuavam no magistério, relatados na obra de Beatriz Daudt Fischer “Professoras: histórias e discursos de um passado presente”. Na interação de discursos proferidos por educadoras e pelo Estado do Rio Grande do Sul, na figura do Secretário de Educação e Cultura, verifica-se a manutenção de um *status quo* relacionado ao “sacerdócio docente”, uma prática de martírio excludente nos processos de luta do magistério por melhores condições de salário e trabalho. Objetiva-se, contrapondo este posicionamento verificado nas falas das entrevistadas com teóricos da história da religião na América Latina, encaminhar a reflexão sobre a interferência da Igreja Católica na organização educacional rio-grandense.

Palavras-chave: Religião, Movimentos sociais, Professores, Educação.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem sua origem na pesquisa de mestrado sobre sindicalismo no setor público municipalista no estado do Rio Grande do Sul. Quando das análises documentais e revisões bibliográficas nos deparamos com interpretações ou defesas referentes à inexistência de entidades classistas na educação municipal rio-grandense durante o século XX, além de posicionamentos de autores que entendiam esse espaço profissional como sendo preponderantemente pacífico.

No decorrer da pesquisa verificamos que durante o século XX, a atuação no magistério público no Estado do Rio Grande do Sul era quase exclusivamente exercida por mulheres. A organização de um estereótipo feminino, condescendente, amistoso, pacífico e avesso à atuação corporativa e reivindicatória, era defendido pelo poder público e utilizado como padrão a ser seguido por aquelas que procurassem a formação em magistério. Dessa maneira, a organização de entidades de classe também era vista como instrumentos de formação

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Avenida Américo Vespúcio 463, Casa 13 – Bairro Nova Sapucaia - 93.228-030 - Sapucaia do Sul - RS. Email: profjcole@bol.com.br



contínua e não de ação reivindicatória por melhores condições de trabalho e salário.

Por se tratar de uma atividade relacionada à educação das crianças, entendia-se o magistério como uma profissão feminina, principalmente no que se relaciona à vocação maternal da mulher. A proximidade vocacional às características femininas encaminham o exercício do magistério à uma atuação vocacionada ou ao sacerdócio, ações benevolentes que eram exercidas em prol da sociedade e, em alguns casos, exercidas por mulheres “bem casadas” e que o faziam por hobbie ou caridade.

Sendo que muitas das escolas de formação em magistério eram instituições vocacionais católicas – que também utilizavam das normas da igreja, a atuação era vista como uma ação divina e contrária à defesa de condições materiais exercidas pelas entidades sindicais operárias. Esse distanciamento entre a ação “divina” e “material” fez com que o sindicalismo no setor educacional dividisse espaço com o associativismo corporativo, de ordem assistencial. Contudo, como vemos no decorrer do artigo, o exercício do magistério e a representação de classe por intermédio das associações não foram ações preponderantemente pacíficas ou exercidas por hobbie.

2. “FORMAR PARA A VIDA, OU ALÉM DELA” (?!)...

Ó Pai, dai-nos forças para persistir na tão difícil missão de preparar com a vida e para a vida a sementeira que deve produzir bons frutos! Apesar de todos os pesares e da incompreensão de nossos superiores hierárquicos, de cujo amparo material e moral nós tanto dependemos, ajuda-nos a prosseguir na tarefa sublime de obreiros da educação. Ó Deus! Teu é o reino, o poder e a glória, neste Universo que é a Tua imensidão. Escuta-nos, atende-nos, abençoa-nos, ó Pai!²

Quando perguntamos aos colegas educadores a razão pela qual aderiram à profissão de professor, percebemos que, em muitos casos, a presença do remanescente familiar. O reconhecimento da importância da figura do professor para a sociedade, que em tempos longínquos era merecedor de glorificações, o elevou à figura imaculada de verdadeiro sacerdote vocacionado ao magistério.

A obra “Professoras: histórias e discursos de um passado presente”, de Beatriz Daudt Fischer (2005), traz em sua composição entrevistas com professoras do magistério público estadual do Rio Grande do Sul, com relatos tanto de prática docente quanto no que se refere a

¹ Oração escrita por Diva, mostrada no momento da entrevista (FISCHER, 2005, p. 51).

suas vivências na família e em comunidade. O estereótipo de mulheres condescendentes com as práticas desiguais dos poderes públicos, sem acenar qualquer reivindicação ante as mazelas da classe, estava presente em vários discursos. Também se encontra a presença da figura do sagrado nos discursos, mas o que se questiona é se esta presença emana da instituição Igreja Católica ou de outro meio de difusão de suas ideias como a comunidade ou a família. No entendimento de Fischer (2005, p. 66),

[...] a força da Igreja Católica deixou marcas indeléveis, seja pela reação crítica que algumas entrevistadas conseguem elaborar da janela do presente, seja pela irrestrita convicção e fé que outras ainda professam explicitamente. De fato, não é a Igreja em si que ali se materializa, mas os tentáculos de um poder normalizador e autoritário, que se vale de enunciados de base moralista e repressiva, buscando garantir práticas não desviantes.

Mas até que ponto a Igreja Católica pôde interferir nos desdobramentos da educação no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1940 a 1965, algo perceptível nos discursos das entrevistadas?

A parcialidade que o credo religioso impõe ao fiel, na maioria das vezes, o impede de discernir entre o que tem origem em suas necessidades materiais de classe e o que a instituição religiosa defende como prioritário à sua existência. O campo social está impregnado pelas posições institucionais da Igreja Católica, desde a organização da família até as relações laborais.

A confusão entre o que era de cunho espiritual em relação ao material, como as relações entre patrão-trabalhador, proporcionava a plena dominação das classes majoritárias pelas minoritárias, pois a aproximação as colocava em igualdade perante a divindade, relegando as diferenças econômico-sociais à dádivas divinas, traços da subserviência medieval. O espaço religioso era “livre” de contendas classistas, já que, muitas vezes, o trabalhador tornava-se “patrão”, coordenando irmandades, sociedades, festas devocionais e paroquiais.

No âmbito educacional, a presença da Igreja Católica aumentou, ao contrário do que se poderia esperar com o laicato educacional imposto pela instituição da República em 1889. Segundo Meier (1996, p. 191), mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado, pondo fim à política regalista, a instituição religiosa continuou a dominar espaço considerável da sociedade, procurando novos espaços a ocupar, como o ensino laico através da instituição do ensino religioso facultativo. Essas novas possibilidades de atuação para a Igreja Católica tiveram de acionar espaços antes ocupados, neste momento com maior ênfase, dado a



necessidade imposta pela realidade republicana. A presença da Igreja, externa ao templo católico, tornou-se vital para a manutenção dos poderes desta ante a população. O “novo” foco torna-se a formação, a partir da família e da escola.

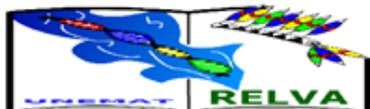
Este poder eclesiástico figurava na sociedade brasileira, desde a colônia, como fator preponderante e ordenador das relações políticas e sociais. A proibição das ordens religiosas no país, quando do período pombalino, possibilitou o aumento da importância do clero secular e, especialmente, das organizações leigas católicas, como irmandades e ordens terceiras, possibilitando à população o “poder” da espiritualidade, libertando-a da presença centralizadora da igreja que, mesmo distante em muitas localidades, fazia-se presente nos dogmas, mantendo sua dominação “submersa” na liberdade popular de organização e direcionamento das fainas laborais dos ritos.

A educação sempre foi vista como instrumento de poder e dominação, por esta razão considerada fator preponderante na liberdade dos povos. Bidegain (1992) entende que o iluminismo via na educação o principal meio de transformar a sociedade e, sendo acessível a todos, tornar-se-ia instrumento de reforma social. O conhecimento, através da educação, era fonte inesgotável de felicidade e prosperidade social e, por esta razão, obrigação indeclinável do Estado e direito dos cidadãos. A secularização do ensino, por meio do movimento de laicismo educacional, gerou inúmeros conflitos quando da organização das reformas educativas, onde a Igreja Católica buscava manter sua hegemonia ideológica. A expulsão dos Jesuítas gerou o abandono das práticas educacionais desta ordem que, apesar de possuir deficiências, era eficiente ao que se propunha enquanto método educacional. A população, em sua maioria, recebia educação voltada à “alfabetização, catequese e boas maneiras”, sendo o ensino dos colégios voltados a imigrantes portugueses e seus filhos (BIDEGAIN, 1992, p.130 e 131). Assim sendo, a educação formadora, desde os princípios do estado nacional, foram voltadas às classes dominantes, assim como seus conteúdos que propunham a manutenção da ordem e a sujeição dos indivíduos.

Após análise da organização educacional no continente, Bidegain (1992, p. 131) conclui que

[...] o sistema educativo latino-americano alicerçou-se na existência de escolas privadas determinadas pelo poder de pagamento dos pais; portanto, a educação se converteu em privilégio dos ricos. A partir da educação se puseram as bases para a perpetuidade de uma sociedade fortemente estratificada.

Desta maneira, as classes detentoras dos poderes no Estado Nacional, incluindo o



Estado do Rio Grande do Sul, tinham formação diferenciada, voltada à dominação e ocupação de espaços de poder. Neste caso, anteendo o poder que a educação detinha nas decisões dos cidadãos, a Igreja Católica ocupou-se da inserção do ensino religioso como obrigatório, obtendo o consentimento do estado republicano desta disciplina como “facultativa”. Este espaço conquistado seria o suficiente para possibilitar à instituição a dominação do mercado de escolas confessionais e, posteriormente, o reconhecimento pelo poder público da formação universitária por intermédio destas escolas. A tomada do espaço educacional, percebido pelos jesuítas como de suma importância, antes mesmo da instituição da República, torna-se importante campo de dominação da fé e da política de estado.

Neste sentido, Dreher (1999, p. 220) explicitou bem esta questão, para o autor,

[...] como o Estado passou a assumir o ensino laico e como as escolas eram a grande arma de penetração do protestantismo de missão, a Igreja Católica passou a abrir escolas e colégios católicos e procurou modificar a constituição para que permitisse o ensino religioso na escola pública. O resultado expressou-se em números: na década de 1920, 80% das escolas, hoje correspondentes ao segundo grau, eram católicas.

Estas escolas católicas, correspondentes na atualidade ao ensino médio (segundo grau em 1999), eram as responsáveis pela formação de educadores, alunos que seriam habilitados como professores, na sua maioria mulheres. A formação destas como educadoras, ou seja, multiplicadoras de conhecimento, era proporcionada pela Igreja Católica, mantenedora e organizadora da matriz do ensino. Dessa forma, esta instituição influenciava na maneira de pensar e agir da população, se não diretamente, de forma indireta por meio dos educadores. Um destes exemplos de escola é o Instituto de Educação Assis Brasil, de Pelotas, que foi fundado em 29 de junho de 1929, e que se tornou referencial na metade sul do estado como centro formador de professores, destino de muitas meninas e mulheres de cidades vizinhas na busca de uma profissão “rentável e com forte significado social”. Na sua maioria eram mulheres porque o magistério era assumido como “[...] atividade missionário ou como extensão da maternidade” (FISCHER, 2005, p. 136).

A forte presença do catolicismo nas escolas de formação em magistério pôde ser verificada por Fischer (2005, p. 65) através de suas entrevistas, onde a entrevistada de nome Zélia, demonstrou sentimento de exclusão:

[...] eu era a única evangélica no meio de todo aquele mundo católico. Esta era uma das reservas, um dos constrangimentos que eu tinha. Depois que eu tinha terminado o exame de admissão e sido aprovada, uma das primeiras coisas que me

perguntaram foi sobre a minha religião”. Então, segue Zélia, narrando histórias que denunciavam enunciados e práticas de exclusão: “...havia um tipo de formatura extra, antes da conclusão, onde a aluna recebia o título de catequista. Era diplomada como catequista. E eu me lembro daquela entrevista que foi feita comigo: para eu poder receber o diploma de catequista, eu teria que mudar a minha religião. Eu teria de professar a religião católica. E essa foi também a razão que baixou a minha média. Aí, eu fiquei em vigésimo sexto lugar, porque eu passei a ter zero em religião. Então, seguramente, aquilo me valeu para a carreira inteira. Eu era muito convicta, evangélica”.

A tentativa de catequização dava-se inclusive na formação, incentivando a adoção do credo católico inclusive como meio de melhoria de médias e colocação final de curso. A não-adoção do credo acarretava, como declarado na entrevista, uma pior colocação e, assim sendo, dificuldades na contratação ao magistério, proporcionando àqueles que professavam a fé católica o espaço na máquina pública e, conseqüentemente, o domínio sobre as mentes a serem trabalhadas (dogmatizadas) em sala de aula. O “comportamento missionário” do professor foi verificado nas falas de todas as professoras, independente do período de atuação destas e do lugar, na cidade ou no interior (FISCHER, 2005, p.130). O que buscavam não era a remuneração, recompensa material, mas a plena realização profissional.

3. ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL, SINDICALISMO E SACERDÓCIO

A educação, interesse do Estado Republicano, sobretudo no Estado Novo, era instrumento de dominação da Igreja Católica, superando a presença protestante no setor e constituindo quadros no magistério com formação e, na maioria das vezes, crença católica. A instituição religiosa não se contrapôs ao Estado constituído, antes disso, aliou-se a ele, passando a adotar seu “[...] discurso e modo de agir populista” (DREHER, 1999, p. 221).

Com a nova organização social, com a proclamação da República, a Igreja Católica

[...] ocupou-se com operários, universitários, civis, militares, agricultores, estudantes, analfabetos. Era o auge da Ação Católica. Os leigos eram chamados a integrar o “apostolado da hierarquia”. Os posicionamentos decorrentes da fé eram dados na lavoura, no sindicato, na escola, na família, na imprensa, na política e não mais no interior do templo. O veículo de atuação católica passou a ser o laicato. (DREHER, 1999, p. 221)

O espaço de dominação católico distendeu-se. A presença não ficava circunscrita ao templo religioso e aos rituais, nem mesmo somente aos festejos e irmandades, inseriu-se nas instituições classistas, operárias e patronais, e estudantis, de educação básica e universitária.



O sindicalismo era controlado pelo Estado, através de “pelegos³”, pessoas que eram indicadas pelo poder público para administrar os sindicatos ou, em outras situações, seguiam a mesma linha de pensamento do governo, contrariando o interesse da classe representada. Porém, mesmo com a presença de muitos “pelegos” no sindicalismo, o movimento tinha adesão de muitos trabalhadores, o que incomodava o poder instituído e, também, o poder da Igreja Católica, em função da presença do ideário comunista em muitas instituições sindicais. A maneira de controlar a ascensão da presença sindical foi a criação de Círculos Operários, fundados em 1932 por Leopoldo Brentano SJ, no Rio Grande do Sul, e em seguida implantados em todo o país. Segundo pesquisa de DREHER (1999), no ano de 1945, os Círculos Operários contavam com mais de 200.000 filiados. A aproximação entre a prática sindical e o assistencialismo imediatista dos Círculos Operários, muitas vezes administrados pelos patrões, servia para acalmar os ânimos reivindicatórios das classes subalternas.

Com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão da presença do ideário comunista no movimento sindical, os instrumentos do catolicismo perderam a sua inserção no sindicalismo, pelo menos na forma direta que vinha implantando. Era preciso diversificar ainda mais a ação e, sendo assim, a partir da criação da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Agrária Católica (JAC) “[...] a Igreja Católica adquiriu uma visão crítica e ampla dos problemas brasileiros, pois poderia conhecê-los e deles participar através da articulação dos leigos a nível nacional” (DREHER, 1999, p. 222).

Como verificou Dreher (1999), o método “ver-julgar-agir”, possibilitou à Igreja Católica a reformulação e adaptação aos novos tempos, mantendo a sua presença forte nos espaços de formação e poder do Estado. A ação Católica gera a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), instituições que terão influências importantes nas decisões das conferências de Medellín (Colômbia) e Puebla (México), com projetos comprometidos com os pobres do continente.

Antes, em 1945, funda-se o Centro de Professores Primários do Estado (CPPE), mas “[...] desde sua fundação o Centro sofre ataques de professores auto-intitulados católicos, que acusam alguns de comunistas” (FISCHER, 2005, p. 34). No mesmo ano, numa tentativa de cooptar os colegas que aderiram ao movimento do CPPE, os professores *católicos* criam a

³ O termo pelego é utilizado no meio sindical para designar dirigentes das entidades que aderiram aos anseios do setor patronal em detrimento das vontades da categoria.



União dos Professores Primários (UPP), sem caráter reivindicatório, e que vigorou até 1962, seguindo os moldes assistencialistas dos Círculos Operários.

A tentativa de se criar instituição paralela ao Centro de Professores (atual CPERGS – Sindicato) tinha por objetivo manter a subjugação dos professores à ideia de que o magistério era um sacerdócio e não uma profissão. Sacerdócio este em que o “missionário” deve agir em prol dos demais e calar ante as necessidades materiais e primárias de uma sociedade desigual, tornando-se mártir entre os demais, o que dignificava ainda mais a sua atuação, obtendo a merecida recompensa em outro mundo. As comemorações envolvendo o Dia do Professor (15 de Outubro), nos Jornais, como o Correio do Povo, também exortavam à missão sacerdotal, exaltando a necessidade que o professor “[...] se mantenha, como sempre, na compenetração ao sacerdócio a que se consagrou” (FISCHER, 2005, p. 77).

A sociedade, como um todo, entendia e reverenciava o magistério como um sacerdócio, uma missão graciosa e necessária, efetuada por pessoas que no futuro estariam dentre as agraciadas pelo “Supremo Remunerador”, como o Secretário Estadual de Educação, Liberato Salzano, definia a divindade espiritual que seria a responsável pelo reconhecimento dos esforços despendidos pela classe em prol da humanidade. A mídia, estudada por Fischer (2005), em especial os jornais, utilizava-se de expressões como “tarefa sagrada, sacerdócio, arte apostólica, função oracular” ao desempenho da função de magistério, mas reconhecia que os mesmos profissionais enfrentavam a rudeza e o desconforto, além de circunstâncias adversas presentes no dia-a-dia, porém, também no discurso jornalístico, estava presente o senso de responsabilidade da classe que não esmorecia, porque possuía “uma missão sublime”, nem sempre recompensada materialmente.

Também foi verificado por Fischer (2005) que a presença do discurso voltado ao religioso, espiritual, enfim, a uma recompensa divina era, anualmente, propagado pela Secretaria Estadual de Educação, assim como o incentivo à elevação da autoestima do professor:

Tenho sido edificado pelo espírito sacerdotal do vosso trabalho, por vosso amor, por vossa dedicação, por vossa devoção à causa pública. Tenho me emocionado por causa de vossos anônimos sacrifícios em difíceis e inóspitas regiões, pela tempera invulgar, com que venceis as mais ásperas lutas, pela consciência que tendes de vosso dever e pela confiança que depositais nos resultados de vosso trabalho educacional (Palavras do Secretário de Educação e Cultura do RS, Liberato Salzano Vieira da Cunha, Apud FISCHER, 2005, p. 76).

Com o aumento da presença do sindicalismo reivindicatório, em prol de melhores



condições de trabalho e salário para os educadores, foi necessário que o discurso da Secretaria de Educação do Estado também tratasse desta temática nos períodos da comemoração alusiva ao Dia do Professor. A visão do Poder Executivo, propagada no discurso do Secretário Estadual de Educação, Liberato Salzano Vieira da Cunha, veiculado no Jornal Correio do Povo, com relação ao sindicalismo educacional era que estes

[...] outros, ao seu redor, deslustram a palavra comprometida: procuram lançar as classes contra as classes, destilam ódio e vingança, são egoístas, vaidosos e maus. Ela, porém, a professora, nobre e digna, não se detém na sua marcha. Olhos fitos no ideal, confiança naquele que tudo vê e que será o Supremo Remunerador, ela conduz a sociedade para a frente e para o alto (FISCHER, 2005, p. 79).

Torna-se presente a nobreza da atuação da professora, alheia a estes problemas “pequenos” do materialismo pecuniário, a responsável pelo encaminhamento da sociedade para um melhor caminho, confiante “naquele que tudo vê”, o “Supremo Remunerador”. Relegava ao divino a necessidade material dos educadores, competência a ser sanada pela administração pública. A atividade sindical⁴, questionadora, reivindicatória, era vista como atitude de pessoas vaidosas, egoístas e más. O bom professor era aquele que aceitava as coisas como eram, inconteste, assimilando as necessidades e adaptando-se à “realidade do magistério”. A obediência às relações hierárquicas, sem contestações, assim como a presença de termos como confiança no porvir, mantinha a estrutura social como se encontrava, relegando, mais uma vez, ao magistério a aproximação às atividades sacerdotais.

A Secretaria Estadual de Educação, no intuito de influenciar o agir e pensar dos educadores publica biografias de educadores “modelos”. O primeiro a ser biografado é La Salle (1651-1719), que entendia que as qualidades de um bom educador “eram a vocação, a dignidade de caráter e o bom exemplo”, além de “um devotamento a toda prova, que não procura senão a glória de Deus e o bem dos meninos” (FISCHER, 2005, p. 81). A luta entre o bem e o mal estava instalada no magistério e nas relações de poder, aderindo ao embate entre capitalismo e comunismo, característico do período da Guerra Fria, hegemônico por

⁴ Utilizo o termo atividade sindical para tratar da ação reivindicatória, pois, como no período não era permitida a organização sindical dos servidores públicos, existiam associações de professores e associações de servidores, instituições toleradas pelo Poder instituído por tratarem-se de sociedades de mútua ajuda e assistencialismo, pelo menos no caráter jurídico, ante as leis do período. O servidor público, incluindo o educador, terá o reconhecimento do seu direito como trabalhador, a fim de institucionalizar a sua luta em sindicatos, somente a partir da Carta Constitucional de 1988, após forte pressão dos movimentos sociais representantes destas categorias de trabalhadores, como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), além da Federação dos Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS), que anteriormente também eram instituições representativas de servidores, porém de cunho assistencial, sendo Confederação de Associações e Federação de Associações de Servidores Públicos, respectivamente.



Estados Unidos e União Soviética.

Neste período, décadas de 50 e 60 do século XX, o imaginário popular e sindical está permeado pelas ideias de combates entre socialismo e capitalismo, presentes em todos os campos de debate do período. A Revolução Cubana, em 1954, e a presença da URSS, através dos Partidos Comunistas, na América Latina e no Brasil, trouxeram novos elementos ao embate sindical. A formação de lideranças sindicais em centros de estudos de esquerda, e de intelectualidade regional pró-comunismo, assim como de debates com relação à presença da Igreja na educação pública nacional, iniciou um novo período de embates entre Estado, Igreja e sociedade.

Porém, mais uma vez, a Igreja Católica e o Estado tinham interesses comuns: combater o comunismo no Brasil. A instituição religiosa, como anteriormente praticava a exortação à importância da família, instituição social amplamente debatida pela teoria comunista, teve preocupação direcionada a este setor, defendendo a célula-mãe da sociedade capitalista.

Era mais uma vez necessário unir forças contra um inimigo comum que estava à espreita do sistema educacional, por intermédio do sindicalismo impregnado do ideário comunista. A criação de Associações de Professores, já que neste período a instituição sindical só era reconhecida como instrumento de luta do setor privado, extrapolava os limites da atividade associativa. Agia como instância de debates e reivindicações, tal como ocorria no setor privado, mesmo sendo-lhe negado o direito de reconhecimento como instituição sindical.

Por meio do ideário, e não por influência ou gerência da instituição igreja, criou-se a Associação de Professores Católicos de Porto Alegre. As lutas desta instituição eram próximas das despendidas pela Igreja Católica no estado, talvez mais pela formação dos educadores do que por sugestão ou gerência da instituição religiosa. Contemporâneos de debates envolvendo a Guerra Fria e o surgimento de movimentos revolucionários na América Latina, esta Associação de Porto Alegre, conjuntamente com a 2ª Delegacia Regional de Ensino de São Leopoldo, promoveram a 1ª Jornada de Estudos para Professores, com o lema: “Enquanto Cristo reinar nas escolas, reinará no Brasil”.

Neste período quem administrava a Secretaria Estadual de Educação era a Professora Zilah Totta, no Governo Ildo Meneguetti. Após análise dos discursos e posterior aproximação com as determinações da Igreja no período, a professora Beatriz Fischer concluiu que existia nas posições de Zilah Totta signos provenientes do Concílio Vaticano II, onde era explícita a



posição favorável à “justiça social” (FISCHER, 2005, p. 89). O respeito às diferenças também estava presente na administração da professora Zilah. Contrariando o que se tinha como habitual nas comemorações da data alusiva aos professores, a Secretária solicitou aos dirigentes de diferentes religiões a organização de cultos comemorativos à semana do professor, demonstrando mais uma vez a presença do ideário proveniente do Concílio Vaticano II. A Igreja se fazia presente no discurso, através da formação religiosa e intelectual dos administradores, reflexos das escolas de formação de educadores no estado. Porém, diferente das administrações anteriores, Zilah Totta direciona seus debates ao entendimento entre as ideias divergentes, contrariando o que se propagava até então, com rituais e campanhas exclusivamente católicas (FISCHER, 2005, p. 90).

Apesar das mudanças dos encaminhamentos efetivamente ocorridos na administração da professora Zilah Totta, a presença do pensamento e ideário Católico mantinha-se. O entendimento do magistério como uma missão sagrada a ser defendida por pessoas boas, capazes de enfrentar as maiores adversidades, até mesmo de ordem alimentar, como relatadas nas entrevistas efetuadas pela Professora Beatriz Fischer, continuava sendo sinônimo de um martírio benevolente, em prol da melhoria da humanidade, uma entrega por parte do professor em prol dos demais. O magistério, “[...] encarado sempre como uma sublime missão, tem nas mestras as pessoas responsáveis não só pelo preparo de futuros cidadãos para a pátria, mas também de futuros herdeiros para o céu” (FISCHER, 2005, p. 229).

Porém, mantém-se a dúvida, até que medida este posicionamento tinha origem na instituição Igreja Católica? Não constavam nos livros formadores o objetivo dos professores se tornarem mártires ou herdeiros do céu, somente que a posição benevolente ante o educando deveria merecer atenção por parte do educador.

4. MULHER, ESPOSA, EDUCADORA, SANTIFICADA...

Também é importante estar atento à informação de que, ainda nos dias atuais, a maioria dos componentes do quadro do magistério é do sexo feminino. Gênero este que, somente há poucos anos, está libertando-se do estereótipo exclusivista de mãe-educadora-esposa. A submissão da mulher, algo amplamente defendido pelas instituições até pouco tempo, impôs à categoria do magistério uma posição de sujeição, os detentores do saber eram também os mantenedores da ordem estabelecida.



O entendimento da submissão, presente atualmente no movimento sindical educacional, apesar das liberdades conquistadas pelas mulheres, prova que a relação entre submissão e gênero é alheia aos direitos sociais, e talvez encontre sua origem em outra instituição: a família. A forma de ver o mundo, e agir perante ele, advém da forma que apreendemos as relações existentes.

Muitos apressadamente entendem que a questão de gênero, se colocada como crucial para determinar a submissão do magistério nas décadas de 50 e 60 do século XX, (e porque não atualmente), trata-se de equívoco, numa leitura preconceituosa do que se expõe. Não se trata de definir que o fato de que a maioria da categoria do magistério compunha-se de mulheres seja a razão da submissão e da presença forte do catolicismo no ver-agir dos educadores. Objetivava-se demonstrar que o Estado percebia a forte presença feminina na categoria e, visto isto, apelava a palavras voltadas à ternura do gênero. O próprio termo “professorinha” demonstra que em um diminutivo podem-se encontrar vários significados. No período referenciado tratava-se da forma carinhosa despendida pelos educandos e familiares; na atualidade, profissional medíocre, sem habilidades didáticas e funcionais. Em cada período uma significação diferente, porém próximas, pois ambas relacionam-se ao modo de agir do educador.

Com a circulação cada vez maior do ideário comunista no estado, com ideias de liberdade e melhorias de condições de salário e trabalho, inicia-se o período de desconstrução do pensamento sacerdotal referente ao magistério. O Jornal Última Hora, de 19 de março de 1964, ao anunciar a greve do magistério naquele momento, utiliza-se do termo “sacerdócio” como algo superado pela ação grevista da categoria (FISCHER, 2005, p.96).

Apesar de projetos diferenciados, na administração de Liberato Salzano e da Professora Zilah Totta na Secretaria de Educação do Estado, os enunciados referentes ao magistério perpassam os anos, entendendo o magistério como sacerdócio, missão salvífica e de dimensão sagrada (FISCHER, 2005, p. 101). A renúncia aos direitos individuais, por melhores condições de vida, por uma educação de qualidade, era vista como missão transcendente, em prol da coletividade.

Beatriz Fischer encontrou no Jornal Zero Hora, em outubro de 1967, matéria declarando que a Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEC, utilizando-se do costume religioso presente na educação, manda rezar um tríduo festivo na Igreja Santa Terezinha, corroborando a tradição religiosa que estava impregnada na ação política educacional da época.



Ainda relativo à presença feminina no magistério e a religiosidade, Fischer diz ter encontrado “[...] inúmeros textos que fazem analogia do papel da mestra com o de Nossa Senhora, uma vez que a professora primária é considerada uma espécie de mãe espiritual de seus alunos” (FISCHER, 2005, p. 194). Seria importante a posição submissa à vontade divina, como exemplo do legado descrito nas Sagradas Escrituras.

O conhecimento disposto pelos educadores, as professorinhas, ia além do conhecimento laico, estrutural, cultural, destinava-se ainda à propagação de saberes morais, relacionados “[...] aos bons costumes, identificadas muitas vezes como 'o evangelho do Bem e do Labor’” (FISCHER, 2005, p. 196)

O professor antes de ser visto como profissional tornar-se sacerdote, a escola um santuário, templo do saber profano perpassado pelo sagrado em todos os momentos. Porém, somente em 2008, o educador começará a ser tratado pelo poder público como profissional do magistério, sob força de lei.

5. SINDICALISMO E CATOLICISMO

A influência do catolicismo estava presente nos modos de agir, nas escolhas, nas relações dispensadas pelo educador, na sua visão política, no entendimento dos fatos sociais e na realidade enquanto trabalhador.

Com a laicização do ensino, como tratamos anteriormente, restava à Igreja Católica a tomada de espaços importantes como a educação e a mídia. A publicação de revistas, como a Revista de Ensino, tinha por objetivo auxiliar o educador com textos, métodos e leituras referentes à realidade social, assim como encaminhar as definições de moralidade, justiça e organização social.

A Revista do Ensino, pesquisada por Fischer, em edições do período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX, sofria influência direta do Catolicismo moralizador, com maior intensidade na década de 50 (FISCHER, 2005, p. 200). Talvez esteja relacionado aos movimentos latino-americanos em prol da organização social das classes em sindicatos, reivindicatórios, e de uma educação laica, sem influência da religião.

Fischer concluiu que

[...] na verdade pendia para o catolicismo todo o universo em que então se vivia. Não só na RE [Revista do Ensino], também nas escolas e na sociedade em geral, conforme pode ser comprovado em outras partes desse trabalho, entendendo-se por



catolicismo um conjunto de práticas religiosas autoritárias, controladoras da ordem e dos costumes. Numa palavra, normalizadoras (FISCHER, 2005, p. 221).

A normatização por intermédio do pensamento católico seguia a decisão ante as potencialidades existentes na época, escolhas referentes ao modo de ver o mundo e como interagir com este. A educação, como qualquer outra ação humana, também estando sujeita a interferência de sua época, deveria adotar um modelo, baseado em alguma definição, uma educação ideologizada, tão combatida por muitos, mas que até alguns combatentes adotavam e continuam adotando como referencial.

O “sempre foi assim” mantém-se na educação como um posicionamento a combater, porém, continuamente recoberto com novas roupagens, figurando as instituições opostas ao *modus operandi* como contrárias até mesmo à espiritualidade. Onde ainda existe a forte presença da Igreja Católica, geralmente em pequenas municipalidades, o contrapor-se à ordem ainda é visto como contestar a realidade perpetuada através dos tempos e das ações das pessoas. Contestar, através da criação de um sindicato, ou da atuação política, torna-se combater contra, além do estado, à Igreja, com seu moralismo secular (FISCHER, 2005, p. 127).

Na década de 60, do século XX, as escolas formadoras de opinião, como a Pontifícia Universidade Católica, criticava as posturas reivindicatórias de estudantes, defendendo que

[...] muitos estudantes católicos, inconformados com as condições vigentes, na ânsia de reformar, escolhem o caminho errado, indo unir-se aos verdadeiros inimigos da Igreja, e fazendo crer, deste modo, que pode existir esta dicotomia: católicos de esquerda, progressistas; católicos de direita, reacionários. Esta divisão é falsa e como tal deve ser combatida. Devemos unir esforços para mostrar que a Doutrina da Igreja através da palavra de Sumos Pontífices é uma e, portanto, não comporta interpretações ambíguas. Condenamos pois qualquer pacto com comunistas, socialistas ou similares; condenamos a violência para instituir a opressão; condenamos o insuflamento da luta de classes, também dentro das Universidades, colocando estudantes contra professores. (LOPES S.J., 1964, p. 98).

A posição do educador e do educando deveria seguir as determinações de uma educação apaziguadora, que não atendesse aos desmandos da tirania, mas que também se utilizasse dos limites da legalidade e da moralidade “cristã” para melhorar a condição humana em sociedade.

A Revista do Ensino, em outubro de 1953, pode definir a visão que se tinha do movimento sindical no período, através de uma oração divulgada nesta edição, consta o seguinte:



Senhor, Tu que ensinaste, perdoa que eu ensine; que use o nome de mestre, que carregaste sobre a terra. [...] Arranca de mim o impuro desejo de justiça que ainda me turva, a mesquinha insinuação de protesto que sobre de mim, quando me ferem. Não me doa a incompreensão, nem me entristeça o esquecimento dos que ensinei [...] Dá que eu seja mais mãe do que as mães, para poder amar e defender assim o que não é carne de minha carne [...] Faz-me forte mesmo em meu desamparo de mulher pobre; faz-me indiferente a todo poder que não seja puro, a toda pressão que não seja a de tua vontade ardente sobre a minha vida. [...] que não leve a minha mesa de trabalho minhas pequenas preocupações materiais, mesquinhas dores de cada instante. (FISCHER, 2005, p. 192 e 193).

O entendimento do sofrimento da labuta como um martírio necessário torna-se merecedor de premiação, algo que faz do insuportável, suportável, da injustiça, justiça posterior na divindade, miséria, riqueza na vida além morte, e até mesmo da morte resultante das necessidades impostas pelas faltas relativas às precárias condições do trabalhador, passaporte à felicidade eterna. A santidade do mestre, analogamente aproximada de Jesus de Nazaré, justifica a crucificação, como uma necessidade de libertação de todos frente às carências de um labor educacional. A centralidade da figura da mãe, que tudo perdoa em prol do bem do filho, tem razão originária na presença maciça da mulher no magistério. Referenciais à postura do homem, normatizador, forte, trabalhador, lutador, combatente nas mazelas da sociedade fica relegado a outras profissões, principalmente do setor relacionado à produção de bens e serviços privados, local de atuação dos Círculos Operários e sindicatos que eram “aceitos” pela sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionando as leituras referentes à organização da Igreja Católica no Brasil, principalmente neste período, com a obra de Beatriz Fischer, pode-se concluir que a interferência da instituição deu-se no âmbito da formação e não na ingerência direta nas diretrizes da educação. Porém, a forte presença do pensamento católico pode ser sentido até mesmo na atualidade, no discurso de educadores que ainda criticam a presença das lutas políticas neste espaço social, tratando o sindicalismo como movimento inerente ao setor privado de produção de bens e não instituição de reivindicações de melhores condições de salário e trabalho a todos os trabalhadores, independentes de seu credo religioso ou regime de contratação de trabalho.

Nas entrevistas incluídas na obra de Beatriz Fischer pode-se verificar a forte presença



do pensamento familiar na condução da ação das educadoras. Também, que a presença religiosa, na sua maioria católica, tem origem na família, assim como a escolha do centro de formação em magistério.

No que diz respeito ao processo curricular das escolas formadoras de professoras, presente nos discursos das entrevistadas pela professora Beatriz Fischer, há forte presença do catolicismo, relatado em algumas falas como fator prioritário para melhoria de notas e pareceres, assim como destinação profissional posterior.

Assim sendo, mesmo indiretamente, a forte presença da Igreja Católica nos centros de formação de educadores, possibilitou a manutenção do *status quo* dos profissionais da educação, inserindo estes como defensores da ordem instituída e contrários aos movimentos sociais da época. Os que se direcionaram a posicionamentos contrários eram vistos pela sociedade e pelo Estado como pessoas “não dignas da profissão em que labutavam”.

PRIESTHOOD TEACHER AND THE SUPREME REMUNERATIVE: CATHOLIC SPEECH IN MOTION SET OF CLAIMS TEACHERS (1940-1965)

ABSTRACT: This paper presents a look at the relationship between the discourse of the Catholic Church, the teacher empowerment initiative and its effects on education in the state of Rio Grande do Sul, through the intersection of works related to the religious institution and the thought of teachers who worked in teaching, reported on the work of Beatriz Daudt Fischer "Teachers: stories and speeches of the past present." In the interaction of talks by educators and the state of Rio Grande do Sul, the Secretary of the figure of education and culture, there is the maintenance of a status quo related to "teaching priesthood," a practice of excluding martyrdom in the struggle processes of teaching for better conditions of pay and work. The purpose is opposing this position found in the statements of the interviewees with the history of religion theorists in Latin America, forward reflection on the interference of the Catholic Church in the educational organization Rio Grandense.

Keywords: Religion, Social Movements, Teachers Education.

REFERÊNCIAS

BIDEGAIN, Ana Maria Greising. A Igreja na Emancipação (1750-1830) In: DUS-SEL, Enrique. *Historia Liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.

DREHER, Martin Norberto. *A igreja latino-americana no contesto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.



FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

LOPES S.J., Pe. Francisco Leme. **Introdução à Filosofia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1964.

MEIER, Johannes. “...trazer auxílio ao catolicismo do Brasil, decadente e a caminho da perdição”. A atividade dos franciscanos alemães no Brasil, segundo as cartas de Frei Evaristo (Wilhelm) Schürmann O.F.M., dos anos e 1894-1914, recentemente descobertas. **In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (org.). A teologia na história social e cultural da América Latina**. Livro 3. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 189-215.

Recebido em: 24 de outubro de 2016.

Aprovado em: 09 de dezembro de 2016.